



**RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO 1º QUADRIMESTRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Processo** : TC-6999.989.20-5

**Entidade** : Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga

**Assunto** : Acompanhamento das Contas Anuais

**Período  
examinado** : 1º quadrimestre de 2021

**Prefeita** : Ana Lúcia Bilard Sicherle

**CPF nº** : 121.951.688-03

**Período** : 01.01.2021 a 31.04.2021

**Relatoria** : Dr. RENATO MARTINS COSTA

**Instrução** : UR-14 / DSF-I

**Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,**

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação da Sra. Ana Lúcia Bilard Sicherle, responsável pelas contas em exame ("[01.NOTIFICAÇÃO](#)").

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2018	2019	2020
IEG-M	C+	C+	C
i-Planejamento	C	C	C
i-Fiscal	B+	B	C+
i-Educ	C+	B	B
i-Saúde	C+	C+	B
i-Amb	C+	C	C
i-Cidade	A	B	C+
i-Gov-TI	C	C+	C

Obs.: índices do exercício anterior pendentes de verificação/validação pela Fiscalização.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses) e das fiscalizações ordenadas;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
6. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste e. Tribunal de Contas do Estado;
7. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do fechamento do exercício, oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-00002284.989.21, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.

## PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

### A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

#### A.1.1. CONTROLE INTERNO

A origem elaborou relatório de controle interno do período correspondente ao 1º quadrimestre de 2021 ("[07.RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO](#)"), que corresponde ao período em análise, sendo que não foram constatadas falhas graves, irregularidades ou desperdícios na gestão administrativa (fls. 36 do arquivo "[07.RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO](#)"), alertando, porém, para as seguintes ocorrências:

- O Quadrimestre encerrou com a Despesa de Pessoal acima do Limite de **Alerta - 90%** (inciso II do §1º do art. 59 da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal) fechando em **49,60%%**;

- Sugere-se a informatização dos registros para Banco de Horas;
- Recomenda-se a utilização do Sistema Frotas – SCPI8 ou SCPI9 (versão web) – para realização do efetivo Controle de Portaria, visto que atualmente, apenas é utilizado para inserir informações de Motoristas e Veículos. Dessa forma, sugere-se a adoção de ações que estimulem o preenchimento correto dos dados no Sistema de Frotas;

A Chefe do Poder Executivo Municipal tomou ciência do relatório elaborado (fls. 37 do arquivo "[07.RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO](#)").

Acompanharemos os deslindes das respectivas matérias quando do fechamento do exercício.

#### A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

#### A.3. OBRAS PARALISADAS

No acompanhamento do quadrimestre não constatamos ocorrências dignas de nota.

## PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

### B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

Informamos, por oportuno, que o município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal instituído pela Lei nº 178, de 13 de janeiro de 2021 ("[06.DECLARAÇÃO](#)").

#### B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 13.582.093,80	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 18.407.533,04	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 580.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ -	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ -	
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO	R\$ -	
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>-R\$ 5.405.439,24</b>	<b>-39,80%</b>

Dados extraídos do Sistema Audesp: Fls. 08 a 10 do "[05.RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO](#)" juntado neste evento.

Consideradas as despesas liquidadas, constata-se um (superávit) de R\$ 1.746.865,19, correspondente a 12,86%.

Face à perspectiva de deficit orçamentário, conforme retro descrito, informamos que o Município decretou (Decreto nº38/2020<sup>1</sup>) estado de calamidade pública, devidamente reconhecido pela Assembleia Legislativa Estadual (art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

<sup>1</sup> Disponível em: [https://saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/post/decretos-n-38-2020--estado-de-calamidade-publica\\$75203](https://saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/post/decretos-n-38-2020--estado-de-calamidade-publica$75203)



## Análise do artigo 167-A da CF/1988

Receita Corrente Arrecadada (Ente)	
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$ 39.075.771,11
Despesa Corrente Liquidada (Ente)	
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	R\$ 33.885.804,91
Resultado do Ente Municipal	
Percentual (c) = (b) / (a)	86,72%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Fl. 05 do "[05.RELATÓRIO DE INS-TRUÇÃO](#)" juntado neste evento.

O resultado apurado em 86,72% mostra que o Ente superou o limite do § 1º do artigo 167-A (85,00%) da Constituição Federal de 1988.

### B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive Antecipação de Receita Orçamentária - ARO.

#### B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Sistema Audesp, referentes ao 1º quadrimestres do exercício analisado é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo necessária, porém, dar ciência dos alertas ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada ("[02.ALERTAS](#)").

#### B.1.2.2. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

## B.2. IEG-M – I-FISCAL

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

## B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota.

## PERSPECTIVA C: ENSINO

### C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audeps, apresentou os seguintes resultados:

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	38,88%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	27,98%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	27,06%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	61,69%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	61,69%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	57,94%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	61,69%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	61,99%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	57,94%

Dados extraídos do Sistema Audeps: "[05.RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO](#)", "[04.APLICAÇÃO COM RECURSOS PRÓPRIOS EM ENSINO](#)" e "[03.APLICAÇÃO COM RECURSOS DO FUNDEB](#)" juntados neste evento.

Verifica-se que o Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do § 3º do art. 25 da Lei 14.113/20 – FUNDEB (90%).

Verifica-se que o Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 26 da Lei 14.113/20 - FUNDEB (70%).

Nos termos do art. 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, **foi o município alertado tempestivamente**, por 1 vez, consoante Notificações de Alertas juntados no presente evento (Fl. 02 dos "[02.ALERTAS](#)").

Com base nos dados coletados junto à origem durante a inspeção, não constatamos demanda não atendida nos níveis de ensino ofertados pelo município ("[06.DECLARAÇÃO](#)").

A Secretaria/Diretoria Municipal de Educação alterou a rotina escolar, com suspensão parcial ou total das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino. Contudo, vem tomando medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem, o que pode prejudicar o ciclo escolar dos alunos.

Das medidas informadas, destacamos ([Questionário do COVID](#), evento 77.1, TC: 2284.989.21-7):

Aulas remotas e entrega de atividades impressas com controle de retorno pelos professores e disponibilidade do Centro de Mídias.

## C.2. IEG-M – I-EDUC

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

## PERSPECTIVA D: SAÚDE

### D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPEZA EMPENHADA (mínimo 15%)	33,55%
DESPEZA LIQUIDADA (mínimo 15%)	20,12%
DESPEZA PAGA (mínimo 15%)	19,44%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Fl. 08 do  
"[05.RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO](#)" juntado neste evento.

### D.2. IEG-M – I-SAÚDE

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.



## PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

### E.1. IEG-M – I-AMB

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

## PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

### F.1. IEG-M – I-CIDADE

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

## PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da origem e os prestados ao Sistema Audesp.

### G.2. IEG-M – I-GOV TI

1	<b>Fiscalização Ordenada nº I, de 18 de março de 2021</b>	
	<b>Tema</b>	Ouvidoria
	<b>Evento e Relatório da FO.</b>	12.1 do eTC: 6848.989.21-6
	<b>Outras observações</b>	Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga
<b>Irregularidades constatadas na inspeção da Ordenada:</b>		
<ul style="list-style-type: none"><li>❖ A Ouvidoria não dispõe de recursos para operacionalização de suas atividades;</li><li>❖ A ouvidoria não elaborou Relatório de Atividades (Gestão) do exercício de 2020, contendo a consolidação das manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços públicos;</li><li>❖ A Prefeitura não elaborou a "Carta de Serviço aos órgãos e entidades, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, conforme artigo 7º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017;</li><li>❖ Não houve divulgação da "Carta de Serviço ao Usuário";</li><li>❖ A Prefeitura não regulamentou e instituiu o Conselho de Usuários, nos termos definidos nos arts. 18 a 21 da Lei Federal nº 13.460/2017.</li></ul>		





## PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

### H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

### H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

## CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

1. Item B.1 – O Município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal instituído pela Lei nº 178, de 13 de janeiro de 2021;
2. Item B.1.1 – Ocorrência de déficit da execução orçamentária com base na despesa empenhada de 39,80%;
3. Item B.1.1 – O resultado apurado entre a Receita Corrente Arrecadada e a Despesa Corrente Liquidada foi de 86,72% superior ao limite do § 1º do artigo 167-A (85,00%) da Constituição Federal de 1988;
4. Item B.1.2.1 - Emissão de alertas uma vez que o Poder Executivo ultrapassou o percentual da despesa com pessoal previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
5. Item C.1 – O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do § 3º, art. 25 da Lei 14.113/20 – FUNDEB (90%);
6. Item C.1 - O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 26 da Lei 14.113/20 - FUNDEB (70%);
7. Item C.1 - Emissão de alertas uma vez que o Poder Executivo não atendeu ao percentual de despesas com recursos do FUNDEB;
8. Item G.2 – Fiscalização Ordenada constatou falhas na operacionalização, demonstração das atividades, normatização, divulgação da Ouvidoria e a instituição do Conselho de Usuários.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-14.1, Guaratinguetá, 29 de junho de 2021.

**Eduardo de Orem Oliveira**  
**Agente da Fiscalização**